

Reforma agrária e agricultura camponesa: estudo de caso do Projeto de Assentamento Chico Mendes em Ituiutaba (MG)

Reforma agraria y agricultura campesina: estudio de caso del Proyecto de Asentamiento Chico Mendes en Ituiutaba (MG)

André Luiz Bueno Silva ¹

Joelma Cristina dos Santos ²

Resumo

Este artigo analisa a reforma agrária no contexto brasileiro, tomando como estudo de caso o Projeto de Assentamento (P.A.) Chico Mendes, em Ituiutaba (MG). Através desse recorte espacial, pretendeu-se compreender as estratégias de (re)territorialização e os desafios relacionados à permanência das famílias no assentamento. Para isso, torna-se fundamental compreender a dinâmica agrária e territorial do município, analisar as condições estruturantes e socioeconômicas das famílias assentadas. Um dos pressupostos denota que o avanço do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba intensificou a concentração fundiária e marginalizou os pequenos produtores, criando as condições para o surgimento e fortalecimento da luta pela terra. Embora amparada pelo Estatuto da Terra (1964), a reforma agrária no município apresentou falhas significativas no que diz respeito às políticas públicas voltadas à consolidação do P.A. Chico Mendes. Essas falhas se evidenciam, sobretudo, na morosidade do Estado em desenvolver ações de fomento voltadas às famílias assentadas. Este artigo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, combinando entrevistas semi-estruturadas com a análise de dados primários e secundários. Essa articulação, portanto, permitiu identificar três contradições centrais no processo de consolidação do assentamento, a saber: (i) a burocratização no acesso aos programas; (ii) a insuficiência de infraestrutura básica; e (iii) o paradoxo entre a mercantilização dos lotes e a resistência dos assentados. Apesar da limitada presença do Estado, estratégias como a produção leiteira e a inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) revelam um expressivo potencial de autonomia produtiva no assentamento.

Palavras-chave: P.A. Chico Mendes; Ituiutaba (MG); políticas públicas; reforma agrária.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil. E-mail: albsbueno85@gmail.com

² Doutora em Geografia e docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil. E-mail: joelma.santos110@gmail.com

Resumen

Este artículo analiza la reforma agraria en el contexto brasileño, tomando como caso de estudio el Proyecto de Asentamiento Chico Mendes (PA) en Ituiutaba (MG). A través de este marco espacial, buscamos comprender las estrategias de (re)territorialización y los desafíos relacionados con la permanencia de las familias en el asentamiento. Para ello, es fundamental comprender la dinámica agraria y territorial del municipio y analizar las condiciones estructurales y socioeconómicas de las familias asentadas. Una de las hipótesis indica que la expansión de la agroindustria en la región del Triángulo Minero/Alto Paranaíba intensificó la concentración de tierras y marginó a los pequeños productores, creando las condiciones para el surgimiento y fortalecimiento de la lucha por la tierra. Si bien se apoyó en el Estatuto de Tierras (1964), la reforma agraria en el municipio presentó importantes deficiencias en las políticas públicas destinadas a consolidar el P.A. Chico Mendes. Estas deficiencias se evidencian, sobre todo, en la lentitud del Estado para desarrollar acciones de desarrollo dirigidas a las familias asentadas. Este artículo adoptó un enfoque metodológico cualitativo, combinando entrevistas semiestructuradas con el análisis de datos primarios y secundarios. Esta articulación, por lo tanto, nos permitió identificar tres contradicciones centrales en el proceso de consolidación del asentamiento: (i) la burocratización en el acceso a los programas; (ii) la infraestructura básica insuficiente; y (iii) la paradoja entre la mercantilización de los lotes y la resistencia de los colonos. A pesar de la limitada presencia del Estado, estrategias como la producción de leche y la inclusión en el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) revelan un potencial significativo para la autonomía productiva del asentamiento.

Palabras clave: P.A. Chico Mendes; Ituiutaba (MG); políticas públicas; reforma agraria.

Introdução

A formação e a configuração do espaço rural brasileiro resultam de um longo processo histórico marcado por disputas territoriais, políticas públicas excludentes e diferentes formas de resistência social. A partir da colonização, a estrutura fundiária consolidou-se com base na concentração da terra e na marginalização de ampla parcela da população rural, o que contribuiu para a consolidação de diferentes formas de organização social de luta pela terra. De modo que nas últimas décadas, os debates sobre a questão agrária ampliaram-se, incorporando reflexões sobre as estratégias de reprodução social das famílias campesinas assentados da reforma agrária, e demais segmentos do meio rural, cuja permanência na terra depende de políticas públicas.

Todavia, a reflexão acerca do campesinato é permeada por uma pluralidade de abordagens teóricas e interpretações históricas. De um lado, pesquisadores defendem que o campesinato representa uma categoria socioterritorial singular, definida por modos de

existência, dinâmicas produtivas e laços com a terra que o diferenciam de outras estruturas sociais (Fernandes, 2000; Oliveira, 1991). Por outro lado, há autores que contestam a consolidação do campesinato como categoria socioterritorial no contexto brasileiro. Eles argumentam que a formação social e econômica do país - marcada pela colonização, expansão do latifúndio e pela integração subordinada ao mercado global - teria impedido o desenvolvimento de uma classe camponesa autônoma. (Martins, 1981; Prado Jr, 2011).

Essa dualidade de interpretações reflete tanto as complexidades da realidade agrária brasileira quanto às distintas abordagens teórico-metodológicas adotadas por nós, pesquisadores. De modo que, o entendimento sobre o campesinato no Brasil continua sendo alvo de debates intensos e de disputas políticas marcadas, envolvendo tanto pesquisadores da academia quanto formuladores de políticas públicas e diferentes movimentos sociais (Wanderley, 2014). Esse debate, porém, não se restringe ao campo teórico - ele se materializa no espaço geográfico -, onde as contradições vividas pelas famílias campesinas ganham forma concreta.

Diante desse contexto, as famílias camponesas do Projeto de Assentamento (P.A.) Chico Mendes, em Ituiutaba (MG), representam um fenômeno emblemático das transformações e contradições que permeiam o espaço rural, onde a luta pela terra no município - característica do século XX e XXI - buscou, não apenas a democratização fundiária via reforma agrária, mas também vem necessitando de políticas públicas que garantam de fato sua permanência na terra conquistada.

Para tanto, o presente artigo tem como objetivo geral compreender as estratégias de (re)produção socioeconômica e os desafios para a permanência no P.A. Chico Mendes, em Ituiutaba (MG). Visando alcançar os resultados desejados, os objetivos específicos, perpassou por: (i) analisar a dinâmica agrária e territorial do município de Ituiutaba (MG); (ii) analisar o processo de territorialização do assentamento Chico Mendes; e (iii) analisar as condições socioeconômicas das famílias pesquisadas no P.A. Chico Mendes, com ênfase em aspectos como infraestrutura, acesso à políticas públicas e estratégias de produção agropecuária.

O P.A. Chico Mendes localiza-se em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região historicamente marcada pela expansão do agronegócio e da fronteira agrícola. Fundado em 1901, o município passou por transformações socioeconômicas e produtivas que alteraram sua estrutura agrária e seu papel regional. Nas décadas de 1950

e 1960, destacou-se como a “capital do arroz”. Já nas últimas três décadas do século XX, o cenário agrário se modificou com a chegada de empreendimentos voltados à pecuária leiteira e de corte, à produção de soja e cana-de-açúcar, além da instalação de laticínios (Dall Agnol, 2017).

Diante desse contexto de reestruturação produtiva e territorial do município, buscou-se organizar o artigo em três seções interligadas. A primeira, “Dinâmica Agrária e Territorial do Município de Ituiutaba (MG)”, busca contextualizar as transformações produtivas e territoriais, marcadas pela transição da rizicultura para o agronegócio. Esse processo envolveu mecanização, concentração fundiária, exclusão camponesa e êxodo rural, criando as condições para a luta pela terra e a formação de assentamentos a partir da década de 1990. A segunda seção, “Processo de Territorialização do P.A. Chico Mendes”, analisa a trajetória histórica e política do assentamento, desde as primeiras ocupações até sua consolidação como território camponês. São abordadas as etapas de ocupação, desapropriação, assentamento das famílias e os principais desafios enfrentados, especialmente diante das falhas das políticas públicas de reforma agrária.

A terceira seção, “P.A. Chico Mendes, “análise do processo de reforma agrária e das atuais condições socioeconômicas”, aprofunda a análise com base em pesquisa de campo realizada entre dezembro de 2024 e março de 2025. Avaliam-se as condições de vida e produção das famílias após 25 anos do assentamento, destacando dificuldades estruturais, como acesso à infraestrutura, serviços públicos e crédito, bem como as estratégias coletivas de resistência e reprodução da vida no campo.

A metodologia combinou levantamento de dados primários e secundários, orientada por revisão bibliográfica e trabalho de campo. As análises foram realizadas em dois momentos. O primeiro, em outubro de 2024, teve caráter exploratório, com aplicação de um formulário piloto. O segundo ocorreu entre agosto de 2024 e março de 2025, com entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco das quarenta e nove famílias assentadas, representando 10% do total de famílias assentadas.

Com base nisso, é importante destacar que a pesquisa de campo foi realizada com o consentimento livre e esclarecido das famílias campesinas envolvidas, em conformidade com os princípios éticos que orientam as ciências humanas e sociais. Respeitou-se, em todas as etapas, a privacidade, a autonomia e os direitos dos sujeitos(as) envolvidos. Ainda que a pesquisa não tenha sido submetida previamente ao Comitê de

Ética em Pesquisa (CEP), foram, contudo, observadas medidas rigorosas para garantir a integridade e o bem-estar das famílias campesinas. Ressalto que essa relação de confiança com as famílias pesquisadas foi construída ao longo do tempo, tendo em vista que os mesmos sujeitos já haviam sido acompanhados em etapas anteriores da minha trajetória acadêmica - inicialmente no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)³, posteriormente, na dissertação de mestrado⁴ - o que fortaleceu o vínculo e o compromisso ético no desenvolvimento da pesquisa.

Quanto ao levantamento de dados secundários, recorreu-se a fontes institucionais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a Rede DATALUTA. Também foram analisados decretos de desapropriação obtidos no cartório de registro de imóveis de Ituiutaba. Para o mapeamento territorial do assentamento, utilizou-se o *software* de código aberto QGIS.

Dinâmica Agrária e Territorial do Município de Ituiutaba (MG)

O P.A. Chico Mendes está localizado no município de Ituiutaba (MG), na região intermediária do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 1). Esta área é historicamente marcada por uma dinâmica econômica vinculada ao agronegócio e à expansão da fronteira agrícola. Desde sua fundação, em 1901, Ituiutaba vem passando por sucessivos processos de reconfiguração territorial no que tange à produção agrícola e a instalação de complexos agroindustriais.

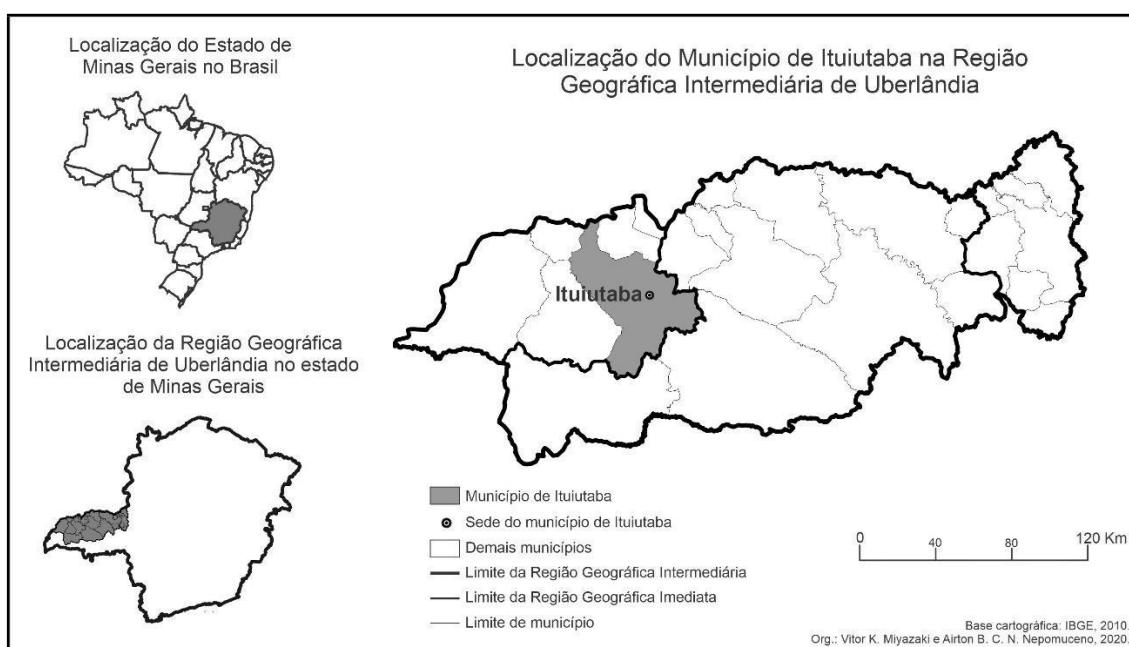
Nas décadas de 1950 e 1960, Ituiutaba se destacou como a “capital do arroz”, consolidando sua economia em torno da rizicultura. Contudo, nas últimas três décadas, o cenário agrário sofreu profundas transformações, impulsionado pela chegada de empreendimentos agroindustriais. Entre essas novas dinâmicas, destacam-se a expansão da pecuária leiteira, de corte, cultivo de soja e, posteriormente, de cana-de-açúcar, além da instalação de laticínios (Dall Agnol, 2017).

³ TCC disponível no Repositório da Universidade Federal de Uberlândia – 2023:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41114>

⁴ Dissertação disponível no Repositório da Universidade Federal de Uberlândia – 2025:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/46623>

A partir das décadas de 1970 e 1980, Ituiutaba deu continuidade à reestruturação produtiva, marcada pela mecanização agrícola e pela expansão de *commodities* como a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca. Atualmente, o município mantém um perfil agroexportador, com destaque para a produção de soja, milho, cana-de-açúcar e proteína animal. Essa dinâmica tem impulsionado o crescimento econômico regional, embora também acentue a concentração fundiária e as desigualdades no campo, fatores que influenciam diretamente os desafios enfrentados pelos assentamentos rurais, como o P.A. Chico Mendes.

Mapa 1 - Localização do município de Ituiutaba (MG) - Brasil



Fonte: Base cartográfica: IBGE, 2022b. **Org.:** Silva, 2025.

Essa transformação não se limitou ao aspecto técnico-produtivo. O avanço do agronegócio intensificou a concentração fundiária e excluiu famílias campesinas, bóias-frias e arrendatários. Esse processo gerou as condições para a luta pela terra na região, resultando na criação de seis assentamentos rurais, entre eles o P.A. Chico Mendes. Ituiutaba, sede da microrregião que inclui os municípios de Capinópolis, Gurinhatã e Cachoeira Dourada, exerce papel estratégico como polo regional de comércio e serviços. Além disso, a cidade se destacou pela atuação de movimentos sociais rurais, como o MST, que organizaram ações em defesa da reforma agrária e da justiça social no campo, o que contribuiu para a articulação política local e a visibilidade das demandas dos assentados.

A presença dos movimentos sociais também favoreceu a construção de redes de solidariedade e apoio mútuo entre as famílias assentadas. Essas articulações fortalecem as estratégias de resistência frente às dificuldades impostas pelo modelo hegemônico de produção. Assim, os assentamentos passam a desempenhar um papel central na disputa pelo território e na construção de alternativas ao agronegócio.

Nesse contexto de transformações produtivas e territoriais, nas últimas cinco décadas, Ituiutaba experimentou um acentuado declínio da população rural, conforme dados da Tabela 1. Tal fenômeno reflete transformações significativas na estrutura produtiva, territorial e demográfica do município. Entre 1980 e 2022, a população rural diminuiu de 9.107 para 4.117 habitantes, uma queda de cerca de 54,8%.

Tabela 1 - Ituiutaba (MG): População urbana e população rural entre 1980 e 2022

Ano	População urbana (hab.)	População rural (hab.)	Total de habitantes
1980	68.133	9.107	77.240
1990	78.205	6.372	84.577
2000	83.853	5.203	89.056
2010	97.171	4.046	101.217
2022	98.100	4.117	102.217

Fonte: IBGE, 2022a. **Org.:** Silva, 2025.

Com uma extensão territorial de 2.598,046 km², Ituiutaba possui uma população de 102.217 habitantes, dos quais 96% (97.171) vivem na área urbana e apenas 4% (4.117) na zona rural (IBGE, 2022a). Esses números confirmam a tendência histórica de redução da população rural desde a década de 1980, evidenciando um processo contínuo de esvaziamento do campo a cada novo censo.

Todavia, entre as décadas de 1950 e 1980, o município passou por uma profunda reestruturação de sua base econômica, com a chegada de grandes grupos agroindustriais. Destacam-se, nesse período, a instalação do Frigorífico Bertin, posteriormente incorporado pelo grupo JBS, Nestlé e o Canto de Minas, que impulsionaram as atividades de pecuária de corte e produção de leite (Oliveira, 2013). Concomitantemente, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado na década de 1970 em resposta à crise do petróleo, incentivou a implantação de duas usinas de açúcar e álcool no município vizinho de Canápolis (MG), reforçando a expansão da agroindústria canavieira e

integrando a região às estratégias nacionais de diversificação energética (Oliveira, 2013).

Esse processo de industrialização agropecuária transformou a economia local, consolidando a interdependência entre os setores agrícola e industrial e posicionando Ituiutaba como um polo agroindustrial. A chegada do capital agroindustrial impulsionou o desenvolvimento de infraestrutura voltada para o agronegócio (Oliveira, 2013). Essa expansão ocorreu no contexto da modernização agrícola, favorecida pela localização estratégica de Ituiutaba no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região historicamente beneficiada por expressivos investimentos estatais voltados à modernização e expansão da agricultura. Essa conjuntura possibilitou a instalação dos empreendimentos já mencionados, que foram determinantes para o crescimento das atividades pecuárias, tanto na produção de carne quanto de leite. Contudo, esse processo também intensificou a concentração fundiária e gerou tensões sociais em torno do acesso à terra.

Nesse contexto, a luta pela terra em Ituiutaba ganhou força a partir de 1996, quando grupos de agricultores familiares, após tentativas frustradas de ocupação em municípios vizinhos e diante da ineficiência do Incra, passaram a ocupar áreas improdutivas nas regiões conhecidas como "Sete Placas" e "Douradinho" (Ramos, 2018). As ocupações registradas na Tabela 2 revelam o papel decisivo dessas ações na criação dos assentamentos da reforma agrária no município, sobretudo pela atuação ativa dos movimentos socioterritoriais.

Tabela 2 - Ituiutaba (MG): quantitativo de ocupações de terra e famílias envolvidas por movimento social

Movimento Social	Número de Ocupações	Total de Famílias Mobilizadas
MST	1	56
MTL	1	200
MLST	2	110
CONTAG	1	12

Fonte: DATALUTA, 2020. **Org.:** Silva, 2025.

Nota-se que embora cada movimento social tenha realizado no máximo duas ocupações em Ituiutaba, essas ações resultaram no assentamento de um número expressivo de famílias, demonstrando a eficácia da articulação entre movimentos e comunidades locais. Os movimentos socioterritoriais foram decisivos na mobilização das famílias e na

pressão sobre o Incra para acelerar as desapropriações e criar os assentamentos.

As ocupações de fazendas improdutivas foram ações fundamentais tanto para a democratização da terra quanto para o fortalecimento da mobilização agrária na região. Enquanto estratégia de luta, as ocupações desempenharam um papel central na reivindicação por direitos territoriais, contribuindo diretamente para a formação política das famílias campesinas e para o avanço do debate público sobre a reforma agrária e a desigualdade fundiária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Nesse processo, o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi essencial para dar visibilidade às famílias acampadas e legitimar suas demandas perante a sociedade e o Estado.

Como resultado, foram criados seis assentamentos no município, sendo eles: (i) Engenho da Serra, (ii) Douradinho, (iii) Chico Mendes, (iv) Divisa, (v) Renascer e (vi) Pântano Mariano. Embora as ocupações tenham começado no final dos anos 1990, a formalização dos assentamentos se consolidou a partir do início do século XXI, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Ituiutaba (MG): Projetos de assentamento criados entre 1999 e 2008

Nome do Projeto de Assentamento	Área (ha)	Número de Famílias	Data de desapropriação da fazenda	Data de criação dos Assentamentos
P. A. - Divisa	1.151,35	27	14/10/1998	26/07/1999
P.A. - Douradinho	561,58	15	10/07/2000	13/12/2001
P.A. - Engenho da Serra	2.567,66	60	18/09/1998	18/01/1999
P.A. - Chico Mendes	1.557,66	49	23/06/1999	23/12/1999
P.A. - Pantano Mariano	837,83	18	05/11/1998	09/11/2004
P.A. - Renascer	1.072,00	40	09/10/2007	28/10/2008

Fonte: Incra, 2017. **Org.:** Silva, 2025.

A área destinada aos assentamentos em Ituiutaba varia significativamente, de 561,58 hectares no P.A. Douradinho a 2.567,66 hectares no P.A. Engenho da Serra, uma diferença de 4,6 vezes entre o menor e o maior projeto. Além da diferença de área, a relação entre o tamanho do assentamento e o número de famílias revela desigualdades marcantes. No P.A. Chico Mendes, por exemplo, há cerca de 9,37 hectares por família, enquanto no P.A. Douradinho esse índice chega a 37,44 hectares. Essa disparidade evidencia a ausência de critérios uniformes na definição dos lotes, influenciada por fatores

como infraestrutura disponível e diferentes diretrizes de política fundiária.

Segundo Fernandes (2012), cerca de 12 anos após o início desse processo, a configuração agrária do município foi significativamente alterada, o número de imóveis rurais aumentou de 1.245 em 1992 para 2.070 em 2012, evidenciando o impacto direto da política de reforma agrária. Com os assentamentos, a produção agrícola tornou-se mais diversificada, incluindo criação de gado de corte e leiteiro, cultivo de pastagens, cana-de-açúcar, hortaliças, grãos como soja e milho, além de alimentos voltados ao autoconsumo (Fernandes, 2012).

Pesquisas recentes indicam que projetos como o P.A. Chico Mendes não são apenas respostas a conflitos fundiários, mas também formas de resistência camponesa e afirmação de modos de vida alternativos ao agronegócio (Fernandes, 2000).

Processo de Territorialização do P.A. Chico Mendes em Ituiutaba-MG

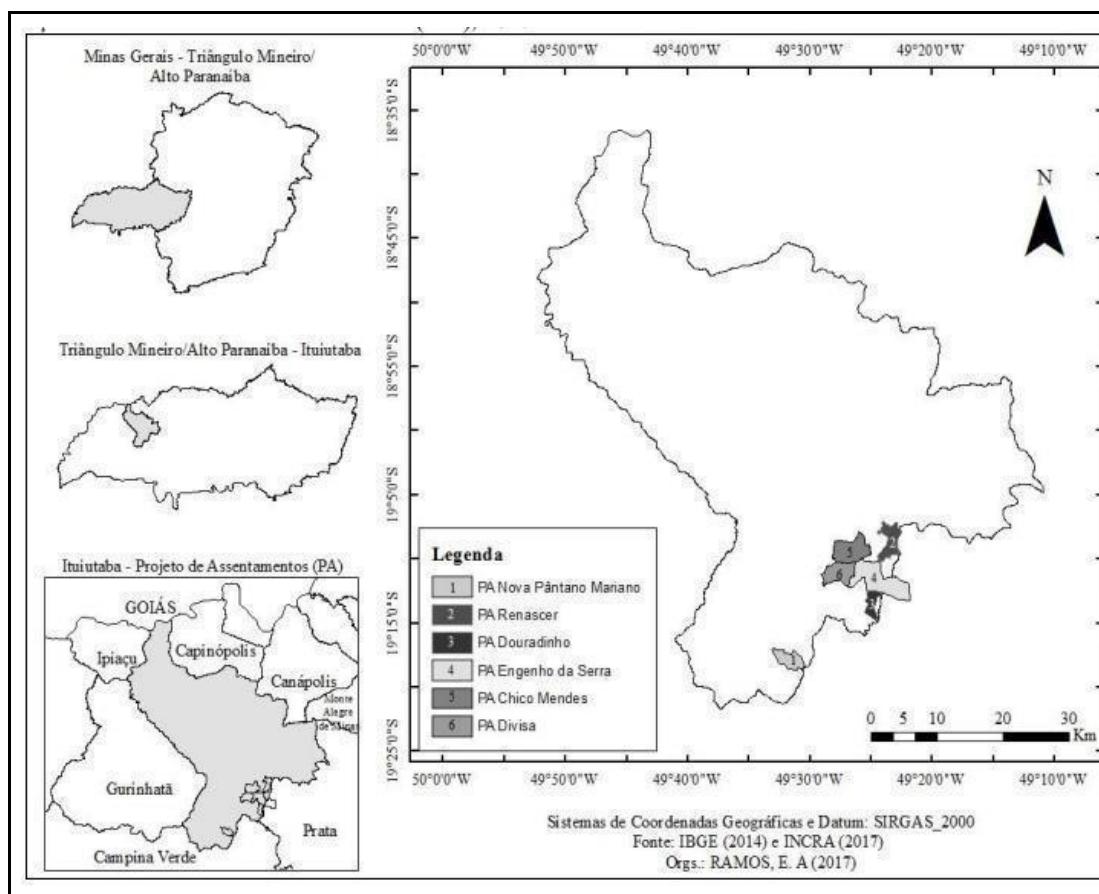
O processo histórico de luta pela terra resultou na conquista de uma fração do espaço rural de Ituiutaba que, antes improdutiva, foi transformada pelas famílias do P.A. Chico Mendes em território produtivo e de reprodução da vida camponesa. Hoje, essa área garante moradia, trabalho e resistência. O P.A. Chico Mendes (Mapa 2) ocupa 1.512,7965 hectares, provenientes da desapropriação de três fazendas, a saber: Terra Rica, Vargem Grande e Shalom. A incorporação dessas terras ao patrimônio da União ocorreu após sua declaração de interesse social, conforme a Constituição Federal de 1988 (Art. 184) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) (Brasil, 1999a, 1999b, 1999c).

Essas três fazendas foram declaradas de interesse social em junho de 1999, por meio de decretos presidenciais, conforme o Quadro 1. Para a execução dessa política pública, o Incra é o órgão responsável por conduzir tal processo, atestando a necessidade de redistribuição dessas terras para fins de reforma agrária. A desapropriação fundamentou-se na constatação de que as propriedades não cumpriam sua função social, por baixa produtividade e danos socioambientais.

A Constituição Federal, em seu Art. 184 (Brasil, 1988), reforça essa competência da União e orienta os critérios para a intervenção estatal. No caso das áreas destinadas ao P.A. Chico Mendes, avaliações técnicas apontaram a concentração fundiária, e assim o processo atendeu a uma demanda social já organizada, especialmente pelos acampamentos

do MST mobilizados desde 1997 no município de Santa Vitória, o que consolidou a justificativa social e política para a desapropriação e democratização das terras.

Mapa 2 - Município de Ituiutaba-MG-Brasil: Localização dos assentamentos rurais



Fonte: Incra. 2017. **Org.:** Silva, 2024.

Quadro 1 - Decretos das desapropriações das fazendas Terra Rica, Vargem Grande e Shalom. Ituiutaba (MG), Brasil

Fazenda	Data do Decreto	Área (ha)	Registro de Imóveis	Base Legal
Terra Rica	23/06/1999	512,28	R-01-23.820, Ficha 01, Livro 2 – 2º Ofício de Ituiutaba	Lei nº 4.504/1964 Lei nº 8.629/1993
Vargem Grande	22/06/1999	512,28	R-1-23.821, Ficha 01, Livro 2 – 2º Ofício de Ituiutaba	Lei nº 4.504/1964 Lei nº 8.629/1993
Shalom	23/06/1999	488,23	R-1-23.817, Ficha 01, Livro 2 – 2º Ofício de Ituiutaba	Lei nº 4.504/1964 Lei nº 8.629/1993

Fonte: Brasil, 1999a, 1999b, 1999c. **Org.:** Silva, 2025.

O processo de territorialização do P.A. Chico Mendes teve início em 1997, em Santa Vitória (MG), com a ocupação da Fazenda Jubran por cerca de 205 famílias sem-terra organizadas pelo MST, com apoio da CPT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Ramos, 2018). A ocupação enfrentou forte resistência judicial e resultou no despejo forçado das famílias pelos latifundiários. Como forma de pressão, lideranças do MST e representantes das famílias realizaram manifestações na sede do Incra, em Belo Horizonte, reivindicando a desapropriação de terras para a atender a reforma agrária.

Após as mobilizações, parte das famílias foram assentadas, mas 27 ainda permaneceram sem-terra pela falta de lotes disponíveis. Com apoio do MST e da CPT, essas famílias deslocaram-se para Ituiutaba e, em 5 de julho de 1999, ocuparam as Fazendas Vargem Grande, Shalom e Terra Rica (Ramos, 2018). O Estado, via Incra, já havia iniciado o processo de desapropriação em 1998, adquirindo as terras por R\$ 2.900,00 por alqueire, por meio do Incra indenizou os antigos proprietários. A aquisição ocorreu via mercado, o que caracterizou a forma de implementação da reforma agrária na área.

Nesse contexto, o processo de desapropriação revelou distorções nos valores pagos pelas terras. Na Fazenda Shalom, por exemplo, o Incra avaliou a área no montante de R\$ 306.361,93, mas pagou R\$ 611.754,76 em 2003 (BRASIL, 1999a). Essa discrepância evidencia a mercantilização da terra e o uso de mecanismos como o Título da Dívida Agrária (TDA). Segundo relatos, a ocupação ocorreu sem grandes conflitos, pois o Incra já havia iniciado a regularização fundiária. No entanto, o acesso à terra representou apenas o início de um processo marcado por contradições.

Durante o processo de regularização, o Incra incorporou 22 famílias de Ituiutaba às 27 já acampadas, totalizando 49 lotes. Apesar da criação oficial do assentamento em 2000, as famílias aguardaram ainda dois anos pela implantação de infraestrutura básica e pela divisão definitiva dos lotes. Esse longo intervalo (1997–2002) evidencia a lentidão e fragilidade das políticas públicas, pois a formalização jurídica não se traduziu em melhorias imediatas: persistiam vulnerabilidades como ausência de moradias adequadas, água potável, energia elétrica, crédito e insumos necessários para iniciar a produção. Nesse contexto, em janeiro de 2001, assentados e lideranças do MST definiram regimentos internos e organizaram as famílias em três grupos (i) Carlos Camargo; (ii) Chico Mendes e (iii) Vitória, realizando o sorteio dos lotes em março do mesmo ano.

A precariedade econômica obrigou diversas famílias a arrendar pastagens a

criadores da região para garantir alimentação do rebanho e quitar dívidas enquanto aguardavam a liberação dos recursos públicos. Em 2001, o Incra disponibilizou crédito habitacional de R\$ 2.500,00 para alimentação e R\$ 1.400,00 para aquisição de ferramentas, valores muito aquém das necessidades reais. Embora o salário mínimo da época fosse de R\$ 180,00, o custo necessário para suprir as despesas básicas de uma família chegava a R\$ 1.101,54, segundo o DIEESE (2024), evidenciando a insuficiência dos recursos oferecidos.

P.A. Chico Mendes (Ituiutaba-MG): análise das condições socioeconômicas, infraestrutura, acesso às políticas públicas e estratégias de produção

Esta seção analisa as condições socioeconômicas, de infraestrutura, acesso às políticas públicas e estratégias produtivas do P.A. Chico Mendes. Os dados evidenciam o envelhecimento da população assentada e o perfil educacional das famílias, fatores que influenciam diretamente a organização produtiva e a permanência no território. O Quadro 2 mostra que as famílias possuem idade média de 55 anos, com predominância de casais responsáveis pelos saberes rurais. No que se refere à escolaridade, quatro famílias têm ensino médio completo e uma possui ensino fundamental completo, o que ajuda a compreender limitações e potencialidades no desenvolvimento das atividades produtivas.

Quadro 2 - Perfil etário, educacional e conjugal das famílias entrevistadas no P.A. Chico Mendes - Ituiutaba (MG)

Idade	Escolaridade	Estado Civil
61	Fundamental completo	Casada
57	Ensino médio completo	Casado
60	Ensino médio completo	Casada
67	Fundamental incompleto	Casado
53	Ensino médio completo	Casada

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. **Org.:** Silva, 2025.

Em entrevista, a produtora e liderança do P.A. Chico Mendes, assentada há 19 anos, relatou que atualmente todos os produtores têm mais de 50 anos. Embora todas as famílias possuam filhos e netos, a maioria estuda ou trabalha fora, revelando a ausência de políticas públicas voltadas à permanência da juventude rural, sobretudo no que diz

respeito à educação do campo, valorização dos saberes tradicionais e estímulo à produção sustentável. A falta de perspectivas concretas leva muitos jovens a buscar oportunidades nos centros urbanos, comprometendo a sucessão geracional e fragilizando a reprodução social da agricultura camponesa.

Além disso, os jovens não encontram no assentamento condições adequadas para desenvolver seus próprios projetos de vida, devido à dificuldade de acesso a crédito, carências de infraestrutura e ausência de formação técnica voltada ao meio rural. Essa conjuntura reforça desigualdades territoriais que, sem apoio continuado do poder público, tendem a aprofundar a vulnerabilidade social nos assentamentos. Concomitantemente, persistem desafios ligados à infraestrutura básica, conforme apresentado na Tabela 4, que sintetiza as condições de transporte, moradia e saneamento das famílias entrevistadas.

Tabela 4 - Infraestrutura básica das famílias pesquisadas no P.A. Chico Mendes - Ituiutaba MG – 2025

Alvenaria	Poço artesiano	Banheiro	Gás de cozinha	Fogão a lenha	Veículo
2	1	2	1	1	2
2	1	2	1	1	1
3	1	2	5	1	1
2	1	2	1	1	1
3	1	3	1	1	2

Fonte: pesquisa de campo, 2024. **Org.:** Silva, 2025.

Ao observar o uso do fogão a lenha e do gás de cozinha, inicialmente considerei que essa prática refletia as contradições cotidianas das famílias assentadas, especialmente pela possível dificuldade de acesso ao gás de cozinha. Contudo, uma das famílias explicou que o fogão a lenha está profundamente associado às tradições da roça. Segundo o casal, não faria sentido viver e trabalhar no meio rural sem esse equipamento, pois ele representa memória, identidade e modos de vida transmitidos entre gerações. As demais famílias entrevistadas compartilharam dessa compreensão, destacando que o fogão a lenha é mais que um utensílio doméstico: é um símbolo da rusticidade, da sociabilidade e da cultura camponesa.

Todas as famílias utilizam poços artesianos, o que revela a ausência de rede pública de abastecimento de água tratada. A energia elétrica atende todas as residências, permitindo

o uso de ordenhadeiras mecânicas e pequenos equipamentos agroindustriais. As casas possuem banheiro, porém os dejetos são direcionados para fossas sépticas devido à falta de rede de esgoto, evidenciando uma carência estrutural de saneamento básico.

As moradias são construídas em alvenaria (Fotografia 1), em contraste com as condições precárias do início da ocupação, quando as famílias viveram por mais de cinco anos em barracos de lona e madeira reaproveitada. Essa mudança demonstra a resiliência das famílias diante da insuficiência das políticas públicas, garantindo melhores condições de vida e estabilidade no P.A. Chico Mendes. Ainda assim, a precariedade das estradas internas continua comprometendo o escoamento da produção e o acesso aos mercados locais e regionais.

Fotografia 1 - Moradias habitacionais das famílias pesquisada no P.A. Chico Mendes - Ituiutaba - MG, 2025



Fonte: pesquisa de campo, 2024. **Org.:** Silva, 2025.

Além disso, a ausência de programas permanentes de assistência técnica e extensão rural restringe a capacidade produtiva e limita a diversificação das atividades agrícolas, afetando a autonomia econômica dos assentados. Some-se a isso os impactos das mudanças climáticas, que intensificam a vulnerabilidade da produção familiar e exigem estratégias adaptativas específicas para o Cerrado. Nesse cenário, o fortalecimento das organizações locais e a promoção de práticas agroecológicas surgem como alternativas importantes para ampliar a resiliência das famílias e consolidar a permanência no campo.

Outra questão relevante observada durante o trabalho de campo diz respeito ao papel das relações comunitárias no cotidiano das famílias. A cooperação entre vizinhos, seja no empréstimo de ferramentas, na troca de dias de serviço ou no compartilhamento de práticas produtivas, permanece como elemento central da reprodução social dos assentados.

Essa rede de solidariedade funciona como mecanismo de suporte diante da insuficiência das políticas públicas e contribui para a manutenção da vida comunitária. Tais práticas, contudo, reforçam a territorialidade camponesa e evidenciam que a permanência no assentamento não depende apenas de infraestrutura, mas também da força dos vínculos sociais que sustentam o modo de vida rural.

Contudo, a composição e a dinâmica socioeconômica das famílias pesquisadas conforme Tabela 5 evidenciam a complexidade e a diversidade das realidades rurais, abrangendo desde a estrutura familiar até as estratégias de produção, comercialização, fontes de renda e acesso a recursos públicos. Isso ocorre porque o grupo familiar desempenha um papel essencial no meio rural, atuando não apenas como base produtiva e econômica, mas também como alicerce cultural (Schneider, 2003). Por um lado, garante mão-de-obra colaborativa, a transmissão de conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade da propriedade; por outro, fortalece a economia local, reduz a evasão rural e assegura segurança alimentar. Além disso, essas dinâmicas familiares contribuem para a reprodução social do campo, promovendo a permanência das novas gerações e a valorização das identidades rurais frente aos desafios contemporâneos.

As famílias pesquisadas são, em sua maioria, compostas por núcleos pequenos, com duas a três pessoas. Durante as entrevistas, os responsáveis pelos lotes relataram que cada integrante desempenha funções bem definidas, característica marcante da agricultura campesina. Enquanto um cuida do gado - ordenha, alimentação e limpeza das áreas -,

outro se dedica ao cultivo de hortaliças, à organização da casa e, em um dos casos, à produção de alimentos manufaturados destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como será detalhado adiante.

**Tabela 5 - Organização do grupo das famílias pesquisados - P.A. Chico Mendes -
Ituiutaba (MG)**

Nº de membros da família	Residem no lote	Trabalham fora	Trabalham no lote	Estudam
3	3	0	3	1
4	2	2	2	2
2	2	0	2	0
2	2	0	2	0
2	2	0	2	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2024. **Org.:** Silva, 2025.

A agricultura campesina é formada por unidades produtivas geridas e operadas pela própria família, com uso de meios de produção familiares e atuação em áreas reduzidas (Oliveira, 1999). De acordo com a Lei nº 11.326/2006, esse modelo atende a quatro critérios simultâneos: (i) propriedade de até quatro módulos fiscais; (ii) uso predominante de mão-de-obra familiar; (iii) geração da maior parte da renda no próprio estabelecimento; e (iv) gestão compartilhada entre os membros da família (Brasil, 2006). Entre as famílias pesquisadas, a divisão do trabalho garante o funcionamento integrado e eficiente das atividades do lote.

Compreender o histórico dessas famílias no assentamento é essencial para analisar suas trajetórias, lutas e vínculos com a terra. Informações como a participação ou não na ocupação, o tempo de permanência e a forma de acesso ao lote são fundamentais para interpretar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a realidade local. A Tabela 6 apresenta esse panorama, revelando a atual relação das famílias com a terra no P.A. Chico Mendes.

Os dados mostram que nenhuma das cinco famílias entrevistadas participou da ocupação inicial. Todas adquiriram seus lotes por meio de compra direta de ex-beneficiários, com intermediação do Incra. Como os antigos assentados já possuíam o Contrato de Concessão de Uso (CCU), as transferências ocorreram via certidão de registro da matrícula, o que garantiu formalidade e segurança jurídica às negociações.

A posse desses documentos representa o reconhecimento estatal da titularidade da terra, conforme previsto no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e no Programa Nacional de Reforma Agrária.

Tabela 6 - Histórico no assentamento das famílias pesquisadas - Ituiutaba (MG), 2025

Participou da ocupação?	Forma de aquisição do lote?	Quantos anos que está no lote?
Não	Compra	10
Não	Compra	14
Não	Compra	19
Não	Compra	7
Não	Compra	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2024. **Org.:** Silva, 2025.

Nesse sentido, todas as famílias pesquisadas atualmente possuem a CCU, documento que formaliza os direitos sobre o lote e assegura, para além da posse, o direito à exploração econômica e a proteção contra ações de reintegração de posse, conforme estabelece a Lei nº 8.629/1993. A CCU é fundamental para viabilizar o acesso das famílias a políticas públicas, como crédito rural, programas habitacionais e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esse título representa um passo importante no processo de consolidação da permanência no campo, pois amplia a capacidade de planejamento das famílias e sua inserção em programas estruturantes da reforma agrária.

Relatos da liderança do assentamento indicam que poucas famílias do P.A. Chico Mendes já receberam o Título Definitivo. Alguns assentados foram titulados em 2019 e outros em 2022, mas, no caso dela e das demais entrevistadas, a documentação ainda permanece sob responsabilidade do Incra. Segundo a produtora, persistem pendências burocráticas relacionadas à análise do georreferenciamento dos lotes e à regularização da Reserva Legal (RL), o que levou as famílias a contratar um advogado para tentar acelerar o processo.

A regularização fundiária, aliada à capacidade de desenvolver atividades produtivas, é decisiva para a permanência das famílias no assentamento. A produção assegura autonomia, renda e vínculos com o mercado, contribuindo para a consolidação dos projetos de vida no campo. Nesse sentido, o Quadro 3 sintetiza as atividades produtivas das famílias pesquisadas e suas principais fontes de renda.

**Quadro 3 - Perfil produtivo e de renda das famílias das famílias pesquisadas no P.A.
Chico Mendes - Ituiutaba (MG)**

Atividade produtiva	Renda Primária	Outras rendas
Gado leiteiro	Grupo do leite / Laticínio Doce Mineiro de Capinópolis / PNAE	Aposentadoria
Gado leiteiro	Grupo do leite / Laticínio Doce Mineiro de Capinópolis	Aposentadoria
Gado leiteiro	Grupo do leite / Laticínio Doce Mineiro de Capinópolis	Aposentadoria
Gado leiteiro	Grupo do leite / Laticínio Doce Mineiro de Capinópolis	Por enquanto não possui
Cultivo de soja e sorgo	ADM do Brasil - Capinópolis (MG)	Por enquanto não possui

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. **Org.:** Silva, 2025.

Conforme observado, das cinco famílias entrevistadas, quatro desenvolvem a pecuária leiteira como principal atividade produtiva, enquanto apenas uma se dedica ao cultivo de soja e sorgo. Embora existam outras fontes de renda, como a participação no PNAE e aposentadorias, a produção de leite permanece como eixo estruturante da economia dos lotes. A pecuária leiteira se consolida como a principal atividade econômica do assentamento, tendo o Grupo do Leite e o Laticínio Doce Mineiro, de Capinópolis (MG), como principais compradores. Segundo o presidente do Grupo do Leite, “A pecuária leiteira é a base da renda no assentamento. Mesmo com outras culturas, é ela a maior atividade no assentamento” (Pesquisa de campo, março de 2025).

A atuação da produtora e liderança do P.A. Chico Mendes na produção de biscoitos destinados ao PNAE evidencia a relevância das políticas públicas de compras institucionais para a agricultura familiar. Esses programas possibilitam que pequenos produtores acessem mercados estáveis, fortalecendo a autonomia econômica das famílias e contribuindo para a segurança alimentar dos estudantes da rede pública. A produção artesanal de biscoitos, ilustrada na Fotografia 2, reforça também o papel central das mulheres na geração de renda no assentamento.

Apesar dessa experiência bem-sucedida, apenas uma das cinco famílias entrevistadas participa do fornecimento de alimentos ao PNAE. As demais encontram dificuldades de acesso devido a entraves burocráticos identificados na pesquisa, como a ausência de regularização fundiária, especialmente a falta do Título de Domínio, e os

requisitos sanitários necessários para a produção e comercialização. Tais exigências, embora essenciais para garantir padrões de qualidade, tornam-se obstáculos significativos em um contexto onde o Estado ainda não assegurou infraestrutura básica e apoio técnico. Como resultado, o potencial produtivo do assentamento permanece subaproveitado, limitando a inserção das famílias em mercados institucionais estratégicos.

Fotografia 2 - Produção de biscoito para atender o PNAE: P.A. Chico Mendes – Ituiutaba - MG



Fonte: Pesquisa de campo, 2025. **Org.:** Silva, 2025.

Além disso, a ausência de assistência técnica contínua dificulta a adequação das unidades produtivas às normas sanitárias e aos processos formais de comercialização. Somam-se a isso os custos envolvidos na regularização e na melhoria estrutural das cozinhas e instalações, que muitas vezes superam a capacidade financeira das famílias.

Nesse cenário, a baixa participação no PNAE revela um desafio mais amplo relacionado à integração das famílias assentadas às políticas públicas de comercialização. Embora exista potencial produtivo, a carência de apoio estatal impede que o assentamento avance em estratégias de agregação de valor, processamento de alimentos e diversificação de mercados.

A combinação entre requisitos burocráticos e falta de infraestrutura resulta em uma dependência econômica concentrada na pecuária leiteira, limitando a construção de alternativas produtivas que poderiam fortalecer a autonomia e a sustentabilidade das unidades familiares.

Portanto, observa-se que a diversificação das atividades produtivas constitui uma estratégia relevante para a sustentabilidade econômica das famílias assentadas. As experiências da liderança na produção para o PNAE, do assentado oriundo do Rio Grande do Sul no cultivo de grãos e a organização do Grupo do Leite demonstram distintas formas de uso da terra no P.A. Chico Mendes, revelando a capacidade de adaptação às oportunidades locais e aos programas governamentais. Todavia, permanece essencial ampliar os programas de apoio à produção e facilitar o acesso ao crédito rural, sobretudo para aquisição de maquinários e equipamentos, condição indispensável ao fortalecimento produtivo e à geração de renda no campo.

Considerações Finais

A análise do P.A. Chico Mendes evidencia contradições estruturais da reforma agrária em Ituiutaba (MG). Embora o assentamento tenha sido fruto da mobilização social e da desapropriação de fazendas improdutivas, a presença do Estado, sobretudo do Incra, mostrou-se limitada desde a implementação. A falta de políticas de fomento, infraestrutura básica, crédito e assistência técnica fragilizou a permanência das famílias e favoreceu a rotatividade de beneficiários. Assim, mesmo diante dos esforços comunitários e da capacidade produtiva das famílias pesquisadas, a ausência de suporte estatal contínuo compromete a consolidação de projetos produtivos sustentáveis. Nessa perspectiva, torna-se fundamental ampliar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura camponesa, com oferta de extensão rural qualificada e linhas de financiamento adequadas.

Apesar das limitações, observam-se avanços, como moradias em alvenaria, acesso à energia elétrica e adaptação produtiva, especialmente na pecuária leiteira. Iniciativas como a produção para o PNAE demonstram o potencial da agricultura familiar, ainda restringido por entraves burocráticos. A experiência do P.A. Chico Mendes mostra que a reforma agrária requer mais que acesso à terra: demanda integração entre infraestrutura, crédito, assistência técnica e regularização fundiária. Sem isso, os assentamentos permanecem vulneráveis, e a luta pela terra pode não resultar em permanência digna e sustentável.

Referências

BRASIL. Estatuto da terra: Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 1 set. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. Decreto de 22 de junho de 1999. 1999a. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Vargem Grande", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8157.htm. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Decreto de 23 de junho de 1999. 1999b. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Terra Rica", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8159.htm. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Decreto de 23 de junho de 1999. 1999c. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Shalon", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8158.htm. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 9 dez. 2024.

DALL AGNOL, J. Território de reprodução da agricultura familiar: o assentamento Chico Mendes em Ituiutaba-MG. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufcat.edu.br/handle/123456789/513>. Acesso em: 15 maio 2023.

DATALUTA. Relatório DATALUTA Brasil 2020. Presidente Prudente: UNESP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Valor necessário para suprir as necessidades básicas do trabalhador. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <https://app.docvirt.com/bibliotlt/pageid/4690>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FERNANDES, B. M. DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra. Revista NERA, v. 0, n. 3, p. 7–27, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i3.1481>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Ituiutaba (MG). Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 4 dez. 2025.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Painel dos Assentamentos. Brasília, 2017. Disponível em: <https://painei.incri.gov.br>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001246323>. Acesso em: 4 dez 2025.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

OLIVEIRA, H. C. de. Urbanização e cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2013. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15977>. Acesso em: 4 dez. 2025.

PRADO Jr., C. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535919622/formacao-do-brasil-contemporaneo>. Acesso em: 4 dez. 2025.

RAMOS, E. A. Espacialização e territorialização dos assentamentos rurais implantados na década de 1990 em Ituiutaba (MG). 2018. 155 f. Dissertação Mestrado Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/5535dc5e-020c-4c05-bc07-e8a00612250e>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. N. de. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

Recebido em 03/07/2025.

Aceito para publicação em 16/12/2025.